Manuel Lima Soares

Principio por dizer, aos que me escutam nesta noite, que realizo neste instante, ao adentrar as portas desta Casa, um dos meus desejos mais secretos, acalentado por anos a fio.

Não que me julgasse capaz de ombrear com as notabilidades que compõem o seu quadro de sócios efetivos. Tão pouco pela pretensão de merecer, pelo engenho e arte, um lugar na Casa do Barão de Studart. A quimera que nutria tinha como base apenas a vontade imensa de conviver com os maiores sabedores da História, da Geografia e da Antropologia cearense, presentes neste sodalício, desde os idos de 1887, em existência, em espírito e verdade.

Por outro lado, o amor pela História, a ciência da mudança, e a admiração pela Geografia, a ciência de síntese, onde se harmonizam conhecimentos naturais e sociais, sempre constituiu a diretriz dos meus modestos estudos.

Guardo comigo, do velho e tradicional Liceu do Ceará, onde o meu coração continua matriculado, a lembrança da inconfundível figura de Hermenegildo Firmeza e suas aulas de História, das quais ainda trago na memória trechos inteiros. E do venerando Professor Domingos Braga Barroso possuo ainda o meu caderno de cartografia, afora alguns esquemas sobre matéria geográfica, peças inestimáveis de meu arquivo sentimental.

Foi a Geografia que me fez voltar para o Liceu, terceiranista de Direito, em 1951, para iniciar o magistério secundário. Nele me integrei por muito tempo, professando também História, Antropogeografia do Nordeste, Economia Política e Sociologia, no Colégio Municipal de Fortaleza e nos Estabelecimentos Ruy Barbosa. Ao trasladar-me para a docência uni-

versitária permaneci com a História Econômica e a Sociologia, ministradas no Curso de Economia e no Curso de Administração das Universidades federal e estadual.

Não obstante ser um admirador da Época das Luzes, nunca concordei com a visão da História sob a ótica puramente naturalista, que só considera saber científico o saber rigorosamente demonstrável. Se a vida e a realidade são História, gerando passado e futuro, muita razão parece ter o historicismo humanista e filosófico, defendido por Dilthey, Windelband, Rickert e Xenopol, entre outros, historicismo que colocou ao lado do mundo da natureza o mundo da História, que dela fez o centro da atenção e do conhecimento.

Enxergando na História a faculdade de apreensão do vivo, consumindo a História como leitor e lente de disciplinas históricas e geográficas, tentando mesmo, vez por outra, elaborar estudos referentes a realidades e problemas históricos, logicamente teria de ser, ao menos por emulação interior, um aspirante ao Instituto do Ceará.

Desde 1958, ocasião em que ingressei na Sociedade Cearense de Geografia e História, profícuo grêmio de estudiosos, atraídos pelas mesmas preferências intelectuais, que passei a ter maior aproximação com os sócios do Instituto do Ceará. A começar por José Waldo Ribeiro Ramos, meu mestre na Faculdade Católica de Filosofia do Ceará, que fundara o reduto dos geógrafos e historiadores em 1935, e mais Florival Alves Seraine, João Hipólito Campos de Oliveira, Hugo Catunda Fontenele, José Denizard Macedo de Alcântara, Francisco Alves de Andrade Castro, Boanerges Facó, Mozart Soriano Aderaldo, Luiz Teixeira Barros, José Caminha Alencar Araripe, Guarino Alves, Geraldo da Silva Nobre e Manuel Albano Amora, todos acostumados a repetir para a mocidade as excelências da Geografia e as virtudes da História. Agora com eles me reencontro, à exceção dos que não mais permanecem neste mundo menor.

Os estudos, com os quais me tenho atrevido a sair da condição de consumidor para tentar a de produtor de História, nada mais são do que generalizações sobre alguns pontos da História do Brasil, em que discordo da História oficial e procuro mergulhar na História secreta, voltando ao passado com novos problemas impostos pelo presente.

E os assuntos que mais me têm prendido a atenção são os que dizem respeito à participação da Maçonaria na grandeza do Brasil, pois estou convencido de que se analisarmos,

sem prevenções, os movimentos sócio-políticos que eclodiram desde o Brasil-Colônia até a Proclamação da República, neles encontraremos, ativo e fecundo, o princípio de liberdade, pregado sem desfalecimentos pelos pedreiros-livres.

Assim é que seus líderes e seus ativistas não faltaram na Inconfidência Mineira, na Revolução Pernambucana de 1817, no episódio do Fico, na eclosão da Independência, na Confederação do Equador, na jornada da Abolição da Escravatura, na Proclamação da República e sobretudo na sua implantação, onde a Maçonaria dominou o Governo, já que o Presidente e o Ministério inteiro eram maçons.

Mas em geral o povo ignora isso. O que ele sabe, o que todos sabem, de maneira imperfeita, porque o rescaldo das paixões não permite uma serena reapreciação dos fatos, é que houve, no tempo de Pedro II, uma questão episcopo-maçônica, impropriamente chamada de Questão Religiosa, quando na essência ela foi uma questão política. E em vista disso persiste na coletividade desinformada o pensamento de que a Maçonaria é uma seita perniciosa, anticlerical, irreligiosa e idólatra, quando na verdade ela se apóia sobre fundamentos eternos e imutáveis de todas as religiões, definindo-se como uma sociedade de homens livres e de bons costumes, que têm como norma não atacar credo algum e não levar para dentro das Oficinas o facciosismo político, guiando-se pelo respeito e o sentimento de honra, com obrigações de tolerância e caridade.

Por tudo isso é que tive o cuidado de escrever sobre "O Papel da Maçonaria na Independência do Brasil", "O Povo Maçônico na Proclamação da República", "O Itinerário do Rito Escocês Antigo e Aceito", "A Maçonaria na Obra de Allan Kardec" e "A Vida Maçônica do Duque de Caxias", na imprensa citadina, para contribuir com a minha parcela em prol do abrandamento de intransigências seculares, tentando o diálogo com todos os homens de boa vontade, preparando o comportamento do homem do terceiro milênio.

E na firmeza dessas convicções me vinha mantendo, cônscio das minhas limitações, ciente do meu nada, mas sonhando teimosamente com a convivência do Instituto do Ceará, pois, como diz o Velho Testamento, não há homem tão pigmeu ou tão formiga que não pretenda ser gigante.

Eis então que de repente, não mais que de repente, como diria o meu desencarnado poeta Vinicius de Moraes, os meus amigos e colegas de Departamento universitário, Mozart So-

riano Aderaldo, Luiz Teixeira Barros e José Denizard Macedo de Alcântara, conspícuos membros desta Casa, num rasgo do coração, não da cabeça, resolveram propor-me para sócio efetivo, na vaga aberta com o decesso de Plácido Aderaldo Castelo.

Ao simpático gesto dos amigos seguiu-se a aquiescência da Comissão de Verificação de Merecimento, o julgamento favorável da Diretoria e a anuência do plenário. José Denizard Macedo de Alcântara ainda consentiu em ser o autor do discurso de recepção, brindando-nos com a beleza de peça que acabamos de ouvir, plena de emoção e de cultura, da qual devemos descontar os exageros com que a sua generosidade me galardeou. A todos agradeço, comovido e penhorado.

Por obrigação estatutária cabe-me debuxar o perfil de Plácido Aderaldo Castelo, que nesta Casa é o meu antecessor e o meu Patrono, haja vista que ele não substituiu a ninguém no Instituto do Ceará, onde tomou posse a 20 de julho de 1941, em razão de um acréscimo de sócios, ao lado de Dolor Barreira e Raimundo Girão, sendo assim fundador de Cadeira.

Cearense autêntico, sertanejo de Mombaça, Plácido Castelo nasceu no dia 11 de janeiro de 1906. Menino do interior, desde cedo acostumou-se com a alternância das chuvas e da canícula, vendo nos aguaceiros e nas cheias do rio de sua terra, o Banabuiu, como que a expressão maior da felicidade de sua gente. E abraçou destarte para todo o restante de sua vida a solução hidráulica para os nossos males clímicos, preocupando-se com a água, querendo-a domada nas barragens, subjugada nos açudes, continuamente à disposição do homem do campo. Este chegou a ser um dos seu traços característicos, muito bem resumido pelo Deputado Paes de Andrade, em primoroso discurso de homenagem póstuma, quando sumariou: Plácido Castelo afinou sempre pelo diapasão da necessidade dos açudes. Via os sertões cearenses como uma Saga de barragens.

Foram seus pais os agricultores João Fernandes Castelo e Antonina Aderaldo Castelo. Muito embora não tivesse fixado residência em Mombaça, pois era imperativo continuar os estudos em Fortaleza, jamais olvidou os hábitos simples e saudáveis da vida rural, e não se desligou de todo do labor campestre, vez que até o fim de seus dias ainda plantava e criava em sua Fazenda Iemen.

Plácido Castelo foi um estudante idealista, sensível às inquietações e às dores de seu povo, que atravessou dificuldades e começou a carreira modestamente. Sabe-se que antes de bacharelar-se foi aluno do Colégio Cearense e do Liceu do Ceará. Na Faculdade de Direito obteve o grau na famosa Turma de 1930, que teve o privilégio de oferecer três Governadores ao nosso Estado: Stênio Gomes, Paulo Sarasate e ele próprio, Plácido Castelo.

As primícias de sua atividade intelectual deu-as Plácido Castelo ao jornalismo e ao magistério. A estréia foi no panfleto *As Farpas,* onde militou um grupo de jovens que no dizer de Francisco Alves de Andrade Castro preludiou um caráter de renascimento cearense.

Entre 1927 e 1928 foi revisor do *Correio do Ceará*, depois repórter de *O Nordeste* e da *Gazeta de Notícias*. Cinco anos após a formatura, já em 1935, assumiu o lugar de redator-chefe de *O Estado.* No magistério temos notícia de sua passagem pelo Colégio Nogueira, Colégio Cearense, Instituto São Luiz e Fênix Caixeiral. Posteriormente tornou-se docente-livre da Faculdade de Ciências Econômicas e catedrático da Escola de Administração do Ceará, para cuja fundação contribuiu com o seu prestígio, integrando o Instituto Cearense de Administração.

Egresso da Faculdade de Direito do Ceará, entre 1931 e 1934, vai tornar-se Plácido Castelo o profissional da ciência de Ulpiano, com passagem pelo Ministério Público, em Quixadá e Fortaleza, e como Juiz Municipal, em Juazeiro do Norte.

Essa quadra já não assinala mais o panfletário de *As Farpas,* concitando os cidadãos para a guerra santa contra as oligarquias. Entra agora em cena o estudioso da obra de Alberto Torres, de cunho fortemente nacionalista e reformista, e de Oliveira Vianna, o intérprete da *Evolução do Povo Brasileiro.* Pugnando por uma política objetiva, dá apoio às semanas ruralistas, doutrina no sentido da fixação do homem ao campo, defende a ampliação da mentalidade agrícola, por via da formação educacional, e unindo o pensamento à ação lidera o movimento que culminou com a criação da Escola Normal Rural de Juazeiro, façanha que lhe conferiu o justo título de pioneiro do ensino voltado para as necessidades da gleba sertaneja.

Daí por diante a vida pública de Plácido Castelo prossegue em ritmo ascendente.

De 1934 a 1937 cumpre o seu primeiro mandato de Deputado Estadual. Na gestão de Menezes Pimentel é Secretário da Fazenda, de 1937 a 1939. Desta data até 1944 foi o primeiro Presidente do Instituto de Previdência do Estado do Ceará. Teve rápida passagem pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, em 1945, ano em que tornou-se Procurador Judicial do Estado, até 1946. Na legislatura de 1955 a 1960 voltou a ser Deputado Estadual. Entre 1962 e 1964 foi Auditor do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, ocupando, em seguida, nesse mesmo Tribunal, o cargo de Ministro. De 1964 a 1966 elege-se pela terceira vez Deputado Estadual, ocasião em que o foram buscar para Governador do Estado, em difícil momento de nossa vida sócio-política.

Plácido Castelo geriu a coisa pública até março de 1971, com a simplicidade, a austeridade, a determinação habituais, permanecendo modesto e atencioso, tolerante e probo, sem nunca, ao que se saiba, desmentir a sua formação cultural e cívica, realizando, em termos, uma apreciável gestão, obstaculada pelas graves dificuldades que assoberbavam o erário estadual.

Sob sua direção o desenvolvimento econômico e social do Estado não estacionou, pois deu continuidade à obra de eletrificação do interior cearense, iniciada por seu antecessor. Construiu a chamada Estrada do Algodão, facilitando o acesso aos municípios da zona sul, cuja economia ganhou considerável alento. Cuidou de inventariar as possibilidades agrogeológicas de nosso território, ordenando a efetuação das pesquisas apropriadas. E no terreno esportivo foi responsável pela apresentação do projeto e parcial conclusão do monumental estádio que possuímos em Fortaleza, o *Castelão,* que lhe tomou o nome e que é bem um símile de sua alma grande e nobre.

Porém, para os que lidam com as letras, com as ciências e com as artes, para todos os que sublimam o pensamento, a área onde os eventos do Governo Plácido Castelo mais se evidenciaram foi a área cultural. Devemos-lhe a criação e inauguração da Escola de Veterinária do Ceará, estabelecimento técnico de ensino superior, hoje pertencente à Universidade Estadual, e o surgimento da Secretaria de Cultura, de há muito reclamada pela intelectualidade conterrânea, que até então vivia sem nenhum estímulo por parte do Estado.

Não fora Plácido Castelo um homem acostumado às lutas no campo político e administrativo e teria recuado na im-

plantação do órgão, que os maldizentes e simplórios combatiam e ainda hoje combatem, esquecidos de que é dever do Estado organizar e proteger sua Biblioteca Pública, seu Arquivo, seus Teatros e Museus, seus Centros de Artes Visuais, as genuínas florações da cultura de seu povo, quer materiais, quer espirituais, e de que somente a nível de Secretaria de Estado disso se pode tratar com eficiência. Se outro cometimento não houvesse, para a louvação de nosso Patrono, este bastaria, e de maneira superlativa, para alcandorá-lo em nosso conceito.

Exaltado o homem público, que vivendo sem alardes soube ser extraordinário, é preciso também salientar aqui o roteiro das suas principais publicações, onde reponta o escritor capaz de pertencer a várias instituições culturais, notadamente as duas mais antigas e respeitáveis, como o Instituto do Ceará e a Academia Cearense de Letras.

Seus futuros biógrafos muito terão que respigar na grande quantidade de artigos que escreveu quando jornalista e em revistas especializadas. A parte mais importante de seus escritos, contudo, é encontrada numa tese de 1928, alguns estudos que fazem a prova de seu humanismo telúrico, e na monografia nº 22, da História do Ceará, referente ao ensino, da Coleção do Instituto.

A tese versa matéria de ciência política e se intitula *A Constituição Republicana e a Federação.* Dentre os estudos, *A Metodologia do Ensino da História,* de 1928, revela suas preocupações com a didática da ciência do passado. *A Escola Normal Rural,* de 1932, é reflexo de sua cruzada pelo ruralismo. *Açudagem, Irrigação e Obras Contra as Secas,* e *O Instituto do Algodão e Crédito Agrícola,* ambos de 1937, mostram o pesquisador preocupado com o meio, em dia com os princípios agronômicos e atento para com as medidas de aproveitamento e sustentação dos recursos naturais, linha de conduta que continua em *Problemas Agropecuários do Ceará,* este de 1957. No ramo biográfico há um bosquejo sobre *O Deputado Paula Rodrigues,* de 1963, e ainda menção de um apanhado sobre o Barão de São Leonardo, também como Plácido Castelo grande filho de Mombaça, notável por seu espírito aventureiro e revolucionário.

Ao ser recebido nesta Casa encontrou Plácido Castelo em plena vigência, embora de demorada execução, o plano de Thomaz Pompeu Sobrinho tendente à elaboração de uma exaustiva História do Ceará, em vinte e seis monografias, a

serem redigidas pelos associados, para cabal conhecimento e compreensão da terra que nos viu nascer. Engajando-se no programa, o Professor Plácido Castelo encontrou a oportunidade para coordenar uma vasta pesquisa e apresentar ao final os originais de sua *História do Ensino no Ceará.*

O livro começa por observar os primeiros vagidos da escola primária no Ceará, através do ensino ministrado pelos jesuítas nos hospícios ou casas religiosas de Aquiraz e Viçosa. Em seqüência, examina o movimento escolar no largo período que vai da expulsão dos inacianos à Proclamação da Independência. Da emancipação política até a vigência do Ato Adicional à Constituição do Império passa em revista a situação das nossas escolas e escolares.

Desce a particularidades sobre o ensino do latim, a obrigatoriedade do ensino e os castigos físicos. Tece comentários sobre a Escola Normal temporária, criada no Governo Alencar. Acompanha a gênese das chamadas bolsas de estudo ou custeio de estudos, como prêmio aos mais capazes. Visualiza a ação educadora dos Missionários Capuchinhos, a eclosão de novas escolas, os regulamentos e instruções, detendo-se no comentar fatos basilares para o nosso adiantamento, como a criação do Liceu do Ceará, em 1845, e a do Seminário da Prainha, em 1864.

Focaliza o Ensino Profissional, o Ensino Normal, o Ensino Militar e o Ensino Rural. Discorre ainda sobre Educandários Particulares, sobre a Escola de Agronomia, hoje integrada na Universidade Federal, bem como sobre o Ensino comercial no Ceará, com destaque para a Fênix Caixeiral.

Aborda igualmente o ensino técnico especializado da classificação de algodão, cereais, grãos leguminosos e sementes oleaginosas, tudo isso ao longo de quase quatrocentas páginas apoiadas em convincente bibliografia.

Veio assim Plácido Castelo, com a sua *História do Ensino no Ceará,* dada à lume em 1970, enriquecer com mais um volume a lista das monografias de História do Ceará, iniciadas por Pompeu Sobrinho, que encarregou-se de nossa história anterior às primeiras influências européias e também sobre a nossa fase pré-colonial, nos livros *Pré-história Cearense* e *Proto-história Cearense* e continuadas por Raimundo Girão com a *História Econômica do Ceará,* Eusébio de Sousa, com a *História Militar do Ceará,* Dolor Barreira, com a *História da Literatura Cearense,* em quatro volumes, Joaquim Alves e ain-

da Pompeu Sobrinho, cada qual com um volume, com a *História das Secas*.

Não obstante escritor e orador, conforme testifica Murilo Mota, que o respirou de perto, era na conversa que Plácido Castelo mais se destacava. Tal circunstância é altamente merecedora de realce, pois a conversa, afirma Mário Gonçalves Viana, quando praticada com discreção e elegância, é um dos mais belos prazeres da vida. A conversa reflete a personalidade do homem e os seus objetivos na existência. Na conversa Plácido Castelo se revelava por inteiro: culto, porém modesto; decidido, porém sereno; simples, porém digno.

Afinal, quero proclamar que Plácido Castelo era um homem que sabia querer bem, com esse amor sentimento que é sol interior e que a tudo ilumina. Estremeceu o seu torrão natal, a ponto de merecer e aceitar o apelido de "mombaceiro", que lhe foi dado pelos mais íntimos. Constituiu com Dona Joana Freire Castelo, Dona Netinha, uma família harmoniosa, que frutificou em Ruy Amaury, Yeda Maria, Maria de Salete, José Anthelmo, José, Marta Maria, Antonina Tereza, Francisco José, Pedro José, Graziela Merice, João Bosco e José Sarto. Teve apego a seus coestaduanos e desvelo para com os seus amigos. E sobretudo não se esqueceu de consolar os aflitos, benemérito que era da Santa Casa de Misericórdia e do Asilo de Mendicidade do Ceará.

O *curriculum vitae* de Plácido Castelo proporcionaria ainda oportunidade para muitas digressões. Poder-se-ia fazer o elenco dos títulos com que foi agraciado, a lista das delegações a que emprestou suas luzes, a menção das muitas outras sociedades a que pertenceu. À guisa do fecho, antes de tudo resumir com dizer que ele foi um homem triunfante, na sua grandeza interior, vale anotar que ele era ex-Presidente do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Ceará, em nome do qual fui incumbido de produzir a oração fúnebre, no Cemitério de São João Batista, no dia em que seus restos mortais desceram à campa, exatamente a 17 de junho de 1979.

E ao remate do perfil dessa singular individualidade, direi, em síntese, que me considero realmente afortunado por ter nesta Casa um Patrono do porte de Plácido Aderaldo Castelo, cidadão que a si mesmo se estatuou em atos memoráveis, servindo-me de expressão de Ruy Barbosa.

A ele, pois, a coroa da justiça.

Seja-me permitido agora, com muito carinho e respeito, dirigir algumas palavras a meus pares, pois, se não o fizesse nesta oportunidade, fugiria ao meu temperamento e violentaria o propósito de sinceridade com que pretendo agir nesta Casa, que deve saber compreender e perdoar a impaciência de um neófito.

Indiscutivelmente é o Instituto do Ceará o vitorioso centro das mais destacadas figuras de nossa cultura, continuando aquela tradição já sublinhada por Capistrano de Abreu e a repetida por José Honório Rodrigues, de que somos da nossa região o Estado que com mais afinco se entrega ao estudo das coisas passadas.

Não apenas da História aqui se cuida, mas também da Geografia, da Antropologia e das ciências afins.

No decorrer de quase um século as cabeças mais capazes de nossa terra hão freqüentado as sessões do Instituto, ocupado a título vitalício as suas Cadeiras e colaborando na sua *Revista,* que já alcançou projeção internacional.

Os que o apreciam de longe julgam-no trancado, face à inalterabilidade do *quorum* de sócios efetivos, inacessível aos mais jovens, aos mais impetuosos, às inteligências em flor, também interessadas nos progressos das ciências que são aqui patrocinadas. O julgamento não é de todo procedente. Sou testemunha da gentil aquiescência deste Instituto à mocidade acadêmica, quando procurado pela minha área de estudos universitários para ceder dependências e indicar conferencistas para um Curso de Extensão. E tenho conhecimento da existência de um importante grupo de pessoas intitulado de Amigos do Instituto, que participa de seus trabalhos e assiste às suas sessões, o que não deixa de ser, digamos, a palavra da moda, uma abertura...

Aliás, o Presidente Honorário desta Casa, o historiador Raimundo Girão, em artigo de jornal, em discurso de saudação ao novo sócio, e mais tarde nas páginas de seu livro de memórias, sempre sustentou a tese da renovação, vislumbrando um Instituto mais dinâmico, oferecendo o seu acervo a pesquisas mais científicas, menos superficiais e empíricas, a uma juventude selecionada, que também sente a História, percebe a Geografia e dá valor à Antropologia.

Com satisfação vi que outra não é a opinião de Luís Sucupira, que advoga, com os olhos voltados para a mocidade, o descerrar de portas a quantos desejam familiarizar-se com os livros e documentos do Instituto, porque a instituição não deve

ser apenas um centro de armazenamento, mas de divulgação cultural, intelectual, moral e estética.

Não vejo solução mais apropriada para essa dinamização do Instituto, em contacto com os moços, do que a criação, sob a sua responsabilidade, e em convênio com os organismos universitários, de um Curso Superior de História do Ceará, em níveis de mestrado e doutorado, afora a oferta de freqüentes Cursos de Extensão, franqueados ao público em geral, utilizando o potencial de saber dos seus associados, o seu acervo e as suas instalações.

Penso que esta seria, realmente, a fuga à rotina, a marcha para o Novo, o renovar das glórias que a tradição lhe concedeu.

No ensejo, chamo a atenção do Instituto, como guardião da História e da Geografia que tem sido há quase um século em nossas plagas, para a tentativa de amesquinhamento do ensino superior dessas duas disciplinas, que está sendo perpetrada junto ao Conselho Federal de Educação, através de um anteprojeto infeliz, da autoria do Conselheiro Paulo Natanael Pereira de Sousa, que visa a diluição dos Cursos de História e de Geografia em um Curso de Estudos Sociais. Se vitoriosa a tentativa, não mais teremos Curso Superior de História, nem Curso Superior de Geografia. Tais disciplinas se pulverizarão como meras partículas do currículo de Estudos Sociais, perdendo em *status* e em substância, vez que ficarão reduzidas a simples habilitações.

O fato positiva um verdadeiro menosprezo à História, ainda e sempre a mestra da vida, formadora da consciência cívica, indispensável enquanto o homem for um ser pensante e tiver que voltar ao passado com os problemas que o presente propõe, mormente nas horas mais carregadas de futuro. E igualmente subestima o valor da consciência geográfica, da ciência dos lugares e seus relacionamentos com as riquezas, com o homem e com o grupo político.

Peço então que o Instituto do Ceará tome posição e faça ouvir o seu protesto. Para que não aumente a massificação e a estultificação da juventude, urge reivindicar a manutenção do Curso de História e do Curso de Geografia, melhorados, ampliados e bem assistidos, e não a injustificável absorção dessas disciplinas num único Curso de Estudos Sociais.

Quanto a mim, que tanto sonhei com este momento, ao senti-lo agora fico receoso diante da responsabilidade, e na

qualidade de recém-chegado, imagino-me tal qual um dos trabalhadores da última hora, referidos na formosa parábola de Jesus, narrada pelo evangelista Mateus.

Não tendo sido chamado para o trabalho da vinha pela madrugada, nem perto da hora terceira, ou da sexta, nem mesmo da nona, mas apenas da undécima hora, resignado e humilde apresto-me para a labuta, guardando da lição do Nazareno a certeza de que toda hora é hora para trabalhar, e de que, tal como nos ensina o Mestre, mesmo o trabalhador da última hora tem direito ao salário.

Aos bons Espíritos, que são os obreiros de Deus, as vozes do Céu, rogo que levem a meus pais, à minha mãe, sobretudo, a todos aqueles que me amaram e a quem eu amei e ainda amo, que se encontram no Oriente Eterno, a expressão do meu reconhecimento por tudo o que fizeram por mim, contribuindo todos para minha alegria nesta noite.

À minha Mulher, Filhas e Filho, Genros e Nora, à minha Família, por sangue e por afinidade, aos meus parentes, aos meus amigos, aos meus colegas, aos meus Companheiros de Rotary, aos meus Irmãos da Maçonaria, aos meus confrades da Academia Cearense de Retórica e da Sociedade Cearense de Geografia e História, aos colegas da Associação dos Professores do Ensino Superior do Ceará e do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Ceará, aos meus irmãos da Comunhão Espírita Cearense, aos colegas da Universidade Federal e da Universidade Estadual, meu comovido agradecimento pela solidariedade manifestada através da presença calorosa e fraterna.

Uma palavra de agradecimento também aos Senhores, Senhoras, Senhoritas e Jovens, que vieram dar calor humano a esta festa de cultura. E o muito obrigado final aos membros do Instituto e às Excelentíssimas Autoridades, que muito brilho e honra transmitiram a este ato.